
***Secretaria da Fazenda
do Governo do Estado
do PIAUÍ - SEFAZ***

**(Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do
Piauí – PROFISCO)**

**Informações financeiras em 31 de
dezembro de 2021 e relatório do auditor independente**





Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras

À Administradora
Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Piauí - SEFAZ
(Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PROFISCO)

Ao
Banco Interamericano de Desenvolvimento

Opinião

Examinamos as informações financeiras do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PROFISCO (“Projeto”) administrado pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Piauí – SEFAZ (“Administradora”), que compreendem a demonstração de investimentos acumulados em 31 de dezembro de 2021 e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, expressas em dólares estadunidenses, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas, correspondentes ao Projeto, executado pela Administradora, financiado parcialmente com recursos do contrato de empréstimo nº 4460/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (“BID”) e com aportes local do Governo do Estado do Piauí.

Em nossa opinião, as informações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, os investimentos acumulados do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PROFISCO, em 31 de dezembro de 2021, e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com a base contábil de recebimentos e pagamentos, descrita na Nota 2 às informações financeiras.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com os requisitos específicos de auditoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das informações financeiras”. Somos independentes em relação ao Projeto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Base de elaboração das informações financeiras e restrição de uso

Chamamos a atenção para a Nota 2 às informações financeiras, que descreve sua base de elaboração. O presente relatório sobre as informações financeiras destina-se apenas a informação e uso da Administradora do Projeto e do BID, não sendo destinado ao uso, nem podendo ser utilizado por outras partes que não expressamente especificadas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Piauí- SEFAZ
(Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PROFISCO)

Responsabilidades da Administradora e da governança pelas informações financeiras

A Administradora do Projeto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações financeiras de acordo com a base contábil de recebimentos e pagamentos descritas na Nota 2 às informações financeiras, isso inclui determinar que a base contábil de recebimentos e pagamentos é uma base aceitável para a elaboração das informações financeiras nas circunstâncias, assim como para os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de informações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das informações financeiras, a Administradora é responsável pela avaliação da capacidade do Projeto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das informações financeiras, a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Projeto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Projeto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das informações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das informações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as informações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com os requisitos específicos de auditoria do BID sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas informações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com os requisitos específicos de auditoria do BID, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas informações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Projeto.
- Avaliamos a adequação da base contábil de recebimentos e pagamentos utilizada e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora.



Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Piauí- SEFAZ
(Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PROFISCO)

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administradora o, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Projeto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas informações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Projeto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das informações financeiras, inclusive as divulgações e se essas informações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.


Recife, 20 abril de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
(atual denominação da PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes)
CRC 2SP000160/O-5

Helena de Petribu Fraga Rocha
Contador CRC PE-020549/O-6

Demonstração de Investimentos Acumulados
Em 31 de dezembro de 2021
Em dólares estadunidenses

Categorias de Investimento		Orçamento vigente			Acumulado do Exercício 2020			Movimento do Exercício 2021			Acumulado do Exercício 2021			Orçamento a Realizar		
		BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
1.	Custos Diretos	43.428.000,00	5.065.000,00	48.493.000,00	12.509.967,51	881.976,07	13.391.943,58	5.756.594,90	2.225.597,11	7.982.192,01	18.266.562,41	3.107.573,18	21.374.135,59	25.161.437,59	1.957.426,82	27.118.864,41
1.1.	Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	20.025.184,00	2.838.500,00	22.863.684,00	8.563.279,36	308.040,97	8.871.320,33	1.656.863,64	970.943,15	2.627.806,79	10.220.143,00	1.278.984,12	11.499.127,12	9.805.041,00	1.559.515,88	11.364.556,88
1.2.	Administração Tributária e Contencioso Fiscal	14.855.499,00	2.096.500,00	16.951.999,00	3.904.674,16	555.670,73	4.460.344,89	3.836.602,53	-	3.836.602,53	7.741.276,69	555.670,73	8.296.947,42	7.114.222,31	1.540.829,27	8.655.051,58
1.3.	Administração Financeira e Gasto Público	8.547.317,00	130.000,00	8.677.317,00	42.013,99	18.264,37	60.278,36	263.128,73	1.254.653,96	1.517.782,69	305.142,72	1.272.918,33	1.578.061,05	8.242.174,28	(1.142.918,33)	7.099.255,95
2.	Administração do Projeto	507.000,00	-	507.000,00	39.384,15	-	39.384,15	83.174,65	-	83.174,65	122.558,80	-	122.558,80	384.441,20	-	384.441,20
2.1.	Monitoramento e Avaliação	257.000,00	-	257.000,00	39.384,15	-	39.384,15	41.029,32	-	41.029,32	80.413,47	-	80.413,47	176.586,53	-	176.586,53
2.2.	Auditoria	250.000,00	-	250.000,00	-	-	-	42.145,33	-	42.145,33	42.145,33	-	42.145,33	207.854,67	-	207.854,67
3.	Contingência	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00
Subtotal		44.935.000,00	5.065.000,00	50.000.000,00	12.549.351,66	881.976,07	13.431.327,73	5.839.769,55	2.225.597,11	8.065.366,66	18.389.121,21	3.107.573,18	21.496.694,39	26.545.878,79	1.957.426,82	28.503.305,61



Gina Laís Reis Ferro Quirino
Coordenadora Adm. Financeiro do Projeto

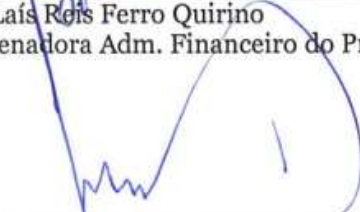

Cristovam Colombo dos Santos Cruz
Coordenador Geral do Projeto

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das informações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2021
Em dólares estadunidenses

	2021			2020		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS						
Acumulado no início do exercício	18.563.331,72	903.663,57	19.466.995,29	3.007.150,00	92.492,85	3.099.642,85
Durante o exercício	4.000.000,00	2.315.740,11	6.315.740,11	15.556.181,72	811.170,72	16.367.352,44
Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagto diretos)	4.000.000,00	2.225.597,11	6.225.597,11	15.556.181,72	802.812,25	16.358.993,97
Rendimentos de aplicação financeira		90.143,00	90.143,00		8.358,47	8.358,47
A - Total de Recursos Recebidos	22.563.331,72	3.219.403,68	25.782.735,40	18.563.331,72	903.663,57	19.466.995,29
DESEMBOLSOS EFETUADOS						
Acumulado no início do exercício	12.549.351,66	881.976,07	13.431.327,73	2.988.933,99	79.163,82	3.068.097,81
Durante o exercício	5.839.769,55	2.225.597,11	8.065.366,66	9.560.417,68	802.812,25	10.363.229,93
Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID	7.461.904,64	1.990.252,00	9.452.156,64	10.589.370,72	850.612,62	11.439.983,34
Solicitações de Desembolsos Pendentes de Apresentação ao BID no ano anterior	(1.959.980,95)	(31.363,45)	(1.991.344,40)	(2.988.933,99)	(79.163,82)	(3.068.097,81)
Pagos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa	337.845,86	266.708,56	604.554,42	1.959.980,95	31.363,45	1.991.344,40
B - Total Desembolsado	18.389.121,21	3.107.573,18	21.496.694,39	12.549.351,67	881.976,07	13.431.327,74
(A-B) - SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO	4.174.210,51	111.830,50	4.286.041,01	6.013.980,05	21.687,50	6.035.667,55


Gina Laís Reis Ferro Quirino
Coordenadora Adm. Financeiro do Projeto


Cristovam Colombo dos Santos Cruz
Coordenador Geral do Projeto

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das informações financeiras.



**ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO**

**PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL
DO ESTADO DO PIAUÍ – PRODAF**

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 4460/OC-BR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRADORA ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM
31.12.2021

(Valores expressos em dólares estadunidenses)

Sem prejuízo do uso ou da adaptação às circunstâncias das notas julgadas necessárias conforme as sugestões das NICSP - Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público ou NIC/IFRS – Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, a título de ilustração apresentam-se a seguir os assuntos comumente tratados nas notas, sem que estas constituam uma relação exaustiva ou impliquem sua aplicação em todos os casos.

Esclarecemos que as Informações financeiras e contábeis são extraídas automaticamente do Sistema S2GPR (Sistema de Gestão Governamental por Resultado).

1. Descrição do Projeto:

1.1. Objetivo:

O objetivo geral deste Projeto é contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado por meio da (i) modernização da gestão fazendária; (ii) melhoria da administração tributária; e (iii) melhoria da gestão do gasto público.

1.2. Componente:

O PRODAF faz parte da Linha de Crédito Condicional (CCLIP), Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO), aprovada pela Diretoria Executiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio da Resolução DE-113/17 datada de 08 de dezembro de 2017 e celebração do Contrato Nº 4460/ OC-BR.

O custo total do Projeto é de **US\$ 50.000.000,00** (cinquenta milhões de dólares) sendo **US\$ 44.935.000,00** (quarenta e quatro milhões e novecentos e trinta e cinco mil dólares) financiados pelo BID e **US\$ 5.065.000,00** (cinco milhões e sessenta e cinco mil dólares) referentes à contrapartida do Governo do Estado do Piauí.

O Projeto financiará atividades dos seguintes componentes:

Componente I – Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

Este componente tem como objetivo melhorar o desempenho institucional da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), aumentando a maturidade de seus processos corporativos, e financiará:



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO

- (a) Gestão Fazendária aprimorada e orientada para resultados, incluindo: (i) novos procedimentos automatizados para gerenciamento por resultados; (ii) metodologia para gerenciamento de risco em apoio ao planejamento; (iii) implementação do escritório de gerenciamento de projetos integrado ao sistema de investimento público e criação do escritório de gerenciamento de processos; e (iv) atualização do plano estratégico e plano de comunicação da SEFAZ.
- (b) Fortalecimento da gestão de recursos humanos. Serão realizados: (i) novos procedimentos automatizados de gestão de competências em recursos humanos; (ii) programa de capacitação permanente; (iii) novo modelo de gestão do conhecimento; e (iv) implementação de instrumentos para apoiar o comportamento dos funcionários, incluindo manuais processuais e o código de ética.
- (c) Fortalecimento da governança de Tecnologia da Informação(TI), incluindo: (i) atualizar o modelo de gerenciamento de TI; (ii) reprogramação do Sistema de Administração Tributária(SIAT) para adaptá-lo a uma nova plataforma tecnológica de hardware e software da SEFAZ.
- (d) Melhoria das ferramentas de comunicação com a sociedade, por meio de: (i) redesenho de procedimentos de comunicação; (ii) integração do sistema de atendimento por meio da gestão de informação dos vários canais de comunicação; e (iii) programa de educação fiscal expandido.

Componente II - Administração Tributária e Contenciosa Fiscal

Este componente tem como objetivo aumentar a eficiência da arrecadação de impostos e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias, e financiará:

- (a) Aprimoramento do modelo de gestão dos instrumentos de apoio à política tributária, incluindo: (i) elaboração do código tributário único e implementação de uma ferramenta de suporte para a consulta; (ii) atualização dos procedimentos para a gestão de benefícios fiscais; e (iii) metodologia para estimar a evasão fiscal.
- (b) Fortalecimento da fiscalização e da inteligência fiscal, incluindo: (i) metodologia para selecionar os contribuintes a serem auditados; (ii) sistema automatizado de gerenciamento de auditoria; (iii) modernização da infraestrutura física e tecnológica da fiscalização de mercadorias em trânsito; e (iv) ferramentas para mineração de dados (software e banco de dados, etc) tipo BIG DATA e análise de dados.
- (c) Aprimoramento da gestão do contencioso administrativo fiscal, incluindo: (i) revisão e ajuste dos procedimentos de gerenciamento das primeiras e segundas instâncias do processo de cobrança; (ii) integração da ferramenta de processo eletrônico com o Tribunal de Justiça; e (iii) desenvolvimento do portal de consulta com mecanismos de busca de processos, jurisprudência, acordos e atas.
- (d) Melhoria da atenção integral ao contribuinte, incluindo: (i) revisão, ajuste e padronização dos procedimentos de atendimento; e (ii) implementação de um sistema de gerenciamento informatizado que contempla a expansão de serviços virtuais.



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO

- (e) Implementação da arrecadação e cobrança administrativa, por meio de: (i) nova metodologia de cobrança; (ii) sistema automatizado de gestão de crédito; (iii) atualização e automação de receitas não tributárias; e (iv) sistema automatizado de cobrança e coleta de impostos, usando a informação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e), integrando-a com o SIAT.
- (f) Fortalecimento do ambiente de negócios, incluindo: (i) novo sistema de gerenciamento de registro de contribuintes integrado à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e integração do SIAT no sistema da Junta Comercial; (ii) complementação das funcionalidades do SPED referentes aos parâmetros do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); (iii) integração do SIAT no Portal Único de Comércio Exterior para centralização e automação dos pagamentos de impostos; e (iv) simplificação dos procedimentos e sistema de importações feitas por pessoas físicas.

Componente III - Administração Financeira e Gasto Público.

Este componente tem como objetivo contribuir para a disciplina fiscal e aumentar a eficiência e eficácia das despesas públicas, e financiará:

- (a) Implantação de um Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP) integrando as ações de planejamento, programação fiscal e formulação de orçamento, incluindo: (i) estratégia de implementação (desenho geral, sequência, instrumentos técnicos e mudanças organizacionais e regulamentares); (ii) MOMP que aborda a programação macrofiscal com projeções fiscais e tetos setoriais; (iii) programação orçamentária com um horizonte plurianual de médio prazo; e (iv) ajustes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE) aos requisitos do MOMP e integração com outros sistemas (dívida, investimento, compras, contratos).
- (b) Aprimoramento da gestão do Tesouro Estadual, incluindo: (i) revisão e ajuste dos procedimentos de tesouraria, integrando-os com procedimentos de contratos públicos; (ii) sistema automatizado de gerenciamento de contratos; (iii) metodologia de gestão de caixa com sistema automatizado desenvolvido no SIAFE; e (iv) integração do Sistema de Gestão de Liquidez Diária (SGOLD) com SIAFE.
- (c) Fortalecimento da gestão de compra e contratação, incluindo: (i) nova política de compras; (ii) revisão e ajuste dos procedimentos de adjudicação; (iii) novo catálogo unificado de produtos para compras estatais; (iv) registro unificado de provedores certificados; (v) padronização dos Termos de Referência (TDR), especificações técnicas, licitações e contratos; (vi) sistema de gestão automatizada de compras integrado com o SIAFE; e (vii) metodologia e sistema para uso de preços de referência com base em informações de documentos fiscais eletrônicos.
- (d) Implantação do modelo de gestão de investimentos públicos, incluindo (i) novos procedimentos e instrumentos para a fase de programação e priorização de investimentos, com um sistema de indicadores para estimar lacunas e necessidades de investimento; (ii) ferramentas e metodologias para a preparação de projetos; e (iii) sistema de gestão física e financeira para apoiar projetos de investimento.



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO

- e) Fortalecimento do sistema de gestão contábil nos seus aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais, incluindo: (i) revisão e ajuste de contabilidade para as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); sistema de gestão de bens móveis e imóveis integrando suas informações com a contabilidade patrimonial; (iii) automação de reconciliação bancária; e (iv) integração do SIAFE com outros sistemas corporativos do Estado.
- f) Melhoria da gestão da dívida pública, incluindo: (i) atualização das regras e procedimentos do processo de contratação de passivos financeiros e nova estrutura interna da dívida; (ii) desenvolvimento de estratégia de médio prazo para a gestão da dívida; (iii) sistema automatizado de gestão da dívida integrado com o SIAFE; e (iv) metodologia para gerenciamento de risco fiscal, com ferramentas para identificar, classificar, quantificar e mitigar os principais riscos fiscais.

O Plano de Financiamento se resume na tabela a seguir que distribui os recursos do Empréstimo e da Contrapartida Local por categorias de investimento conforme orçamento vigente contratado.

Custo e Financiamento (em US\$)

CATEGORIAS	BANCO	CONTRAPARTIDA	TOTAL	%
A. Custos Diretos	43.428.000,00	5.065.000,00	48.493.000,00	97
AI. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	20.025.184,00	2.838.500,00	22.863.684,00	45,7
AII. Administração Tributária e Contencioso Fiscal	14.855.499,00	2.096.500,00	16.951.999,00	33,9
AIII. Administração Financeira e Gasto Público	8.547.317,00	130.000,00	8.677.317,00	17,4
B. Administração do Projeto	507.000,00	0,00	507.000,00	1,0
B1. Monitoramento e Avaliação	257.000,00	0,00	257.000,00	0,5
B2. Auditoria	250.000,00	0,00	250.000,00	0,5
C. Contingência	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	2,0
Total	44.935.000,00	5.065.000,00	50.000.000,00	100

As condições do financiamento contratado são as seguintes:

Mutuário	Estado do Piauí
Fiador	República Federativa do Brasil
Executor	Secretaria de Estado da Fazenda
Valor do financiamento	US\$ 44.935.000,00
Valor da contrapartida local	US\$ 5.065.000,00
Valor do Projeto	US\$ 50.000.000,00
Data da assinatura do contrato	22 de janeiro de 2019
Prazo de execução	05 anos
Prazo de amortização	19,5 anos
Carência	5,5 anos
Prazo Total	25 anos
Taxa de juros	Libor semestral + margem de 0,97% ao ano



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO

2. Principais Políticas Contábeis

2.1 Base de Contabilidade de recebimentos e pagamentos

As informações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil recebimentos e pagamentos, registrando-se as receitas quando do recebimento dos recursos e reconhecendo-se as despesas quando estas foram efetivamente pagas. Esta prática contábil difere dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo *“IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa”*.

O mutuário (Governo do Estado do Piauí) conta com um Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí- SIAFE-PI, onde são registradas originalmente as receitas e despesas do Governo do Estado. A geração de informações específicas realizadas no âmbito do projeto, com emissão de relatórios e quadros em geral, em moeda local (Reais) e em dólar estadunidense, é realizada por meio do módulo integrado ao SIAFE-PI denominado “Projetos”, o qual permite sistematizar os dados e os registros das transações realizadas.

2.2 Unidade Monetária

Os demonstrativos financeiros do Projeto foram elaborados em dólares estadunidenses. Para o cálculo da equivalência em dólares estadunidenses, do recurso recebido em moeda nacional, na conta específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio da internalização dos recursos. As despesas realizadas são convertidas em dólares estadunidenses com base nessa taxa. Este critério mitiga a ocorrência de ganhos e/ou perdas cambiais. Os recursos de contrapartida são convertidos para dólares estadunidenses pela taxa de câmbio do dia do pagamento da despesa.

2.3 Origens dos recursos

Registrados no exercício o de acordo com os respectivos recebimentos.

2.4 Aplicações de recursos

Os recursos aplicados no Projeto são registrados em contas específicas, ao seu valor de custo em reais, quando do seu efetivo pagamento.

2.5 Empréstimos

Em contrapartida dos recursos recebidos é registrado o respectivo passivo, na conta de empréstimo, que é atualizado monetariamente, de acordo com os dispositivos do Contrato de Empréstimo N° 4460/OC-BR.



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO

2.6 Fluxo de Caixa

As origens e aplicações de recursos, mencionadas nos itens acima, bem como a demonstração dos investimentos do Projeto foram elaboradas com base no regime de recebimentos e pagamentos.

3. Fundos Disponíveis:

O saldo final dos recursos, em 31 de dezembro de 2021, estava depositado na seguinte conta bancária do Projeto:

Contas	US\$	
	2021	2020
Conta bancária nº 10.559-7 – Ag. 3791-5- Banco do Brasil	4.174.210,51	6.013.980,05
Conta bancária nº 10.559-7 – Ag. 3791-5- Banco do Brasil - Rendimentos de Aplicação Financeira	111.830,50	21.687,50
Saldo do Adiantamento	4.286.041,01	6.035.667,55

Durante o ano de 2021 foram registradas receitas provenientes de juros no total de US\$ 90.143,00 (R\$ 502.988,93), que são apropriadas na Demonstração de Fluxos de Caixa como aporte de Contrapartida Local.

Salienta-se que tanto os rendimentos de aplicações financeiras como o resultado da variação cambial ativa são transferidos para o Tesouro e concedidos para aporte suplementar de contrapartida. No fim do exercício, US\$ 111.830,50 permaneceu disponível e aplicado na conta bancária do Projeto.

Vale ressaltar que os recursos foram aplicados em BB Renda Fixa Curto Prazo Automático Setor Público, que é um fundo de renda fixa curto prazo, indicado para os Governos Estaduais e Municipais, suas Autarquias e Fundações que desejam liquidez e rentabilidade diárias. Para alcançar seus objetivos, o Fundo aplicará seus recursos em cotas de fundos de investimento que apresentam carteira composta, exclusivamente, por títulos públicos federais prefixados ou pós-fixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Os títulos componentes da carteira deverão ter prazo máximo a decorrer de 375 (trezentos e setenta e cinco) dias e o prazo médio da carteira deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

4. Adiantamentos Pendentes de Justificativa

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo pendente de justificativa ao BID é de US\$ 337.845,86, e está representado nas seguintes solicitações de desembolso pendentes de tramitação ou gastos efetuados não incluídos em tais solicitações:

	US\$
Pagtos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa	337.845,86

Conforme mostrado abaixo, o mesmo resultado por itens do Demonstrativo Fluxo de Caixa.



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO

Pagamento pendente de justificativa – Por itens no DFC (em US\$)

 FONTE BID	 TOTAL
Saldo Disponível no fim de 2020	18.563.331,72
(+) Desembolso BID em 2021	4.000.000,00
Fundo Disponível BID em 2021 (I)	22.563.331,72
Justificativa acumulada de Desembolso 2021 (II)	18.051.275,35
Pagamentos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa (III)	337.845,86
Saldo Disponível no fim de 2021 (IV)	4.174.210,51
Total (=I-II-III-IV)	0,00

5. Adiantamentos e justificativas

	US\$
Saldo de adiantamentos no início do exercício (*)	7.973.961,00
(-) Adiantamentos legalizados durante o exercício	(7.461.904,64)
Solicitação de Desembolso nº 07	(6.570.816,45)
Solicitação de Desembolso nº 09	(891.088,19)
(+) Adiantamentos recebidos	4.000.000,00
Solicitação de Desembolso nº 08	4.000.000,00
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do exercício (*)	4.512.056,36

(*) valor corresponde ao saldo registrado como fundo disponível acrescido dos pagamentos pendentes de justificativa

Saldo de Adiantamento disponível BID fim de 2021 pelo DFC¹ (em US\$)

	 TOTAL
Total de Adiantamento recebido	22.563.331,72
(-)Total de Pagamentos justificados	18.051.275,34
(-)Total de Pagamentos pendentes de justificativa	337.845,86
Saldo disponível BID fim de 2021 pelo DFC	4.174.210,51

¹ DFC – Demonstrativo Fluxo de Caixa => apresenta o saldo disponível dos adiantamentos BID em 31/12/2021 na conta bancária.



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO

6. Fundos de Contrapartida Nacional:

O Governo do Estado do Piauí assumiu o compromisso de contribuir com a importância de US\$ 5.065.000,00, como contrapartida local. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Governo do Estado do Piauí havia contribuído com a importância de US\$ 3.107.573,20 (três milhões, cento e sete mil, quinhentos e setenta e três dólares e vinte centavos), correspondentes a aporte local, sendo que US\$ 266.708,56 (duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e oito dólares e cinquenta e seis centavos) pendentes de justificativa ao BID em 31.12.2021, conforme previsto na cláusula 4.01, das Disposições Especiais.

7. Aquisição de Bens e Serviços:

- (a). As aquisições de bens e serviços foram efetuadas com observância às normas do BID e disposições da Lei 8666/93;
- (b). Os bens foram devidamente inventariados;
- (c). Os serviços foram efetivamente prestados.

Descrição	Nº contrato
Sistema especializado com inteligência artificial para detecção de evasão fiscal.	004/2021
Aquisição de ativos de redes (switches e transceivers)	005/2021
Aquisição de notebooks	006/2021
Curso de especialização em Finanças Públicas Lato Sensu	007/2021
Reforma e modernização das Agências de Barras e Esperantina	010/2021
Reforma e modernização da Gerência Regional de Campo maior	014/2021
Manutenção evolutiva, computação em nuvem e software	015/2021
Reforma e modernização do Posto Fiscal de Jandira	016/2021
Reforma e modernização do Posto Fiscal de Jacarandá e Retiro	017/2021
Reforma e modernização da Regional de Piri-piri, Pedro II e Posto Fiscal de São João da Fronteira	018/2021
Reforma e Modernização da Ageat de Valença	019/2021
Capacitação e treinamentos	020/2021
Capacitação e treinamentos	021/2021
Curso LGPD	026/2021
Aquisição de bebedouros	043/2021
Aquisição de bebedouros	044/2021
Serviços de consultoria para implantação da gestão por resultados	063/2021
Reforma do Posto Fiscal de Corinto Matos	064/2021
Reforma do Posto Fiscal de Pontões	066/2021
Reforma do Posto Fiscal de Pipocas	067/2021
Reforma da Ageat de Jaicós e Paulistana	070/2021
Aquisição de computadores	071/2021
Aquisição de computadores	072/2021
Aquisição de computadores	073/2021
Aquisição de computadores	074/2021
Serviços para implantação, treinamento e operação assistida para a área de apoio	075/2021



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO

Descrição	Nº contrato
Reforma do Posto Fiscal de Cova Donga	076/2021
Aquisição de mobiliário em geral	079/2021
Aquisição de mobiliário em geral	080/2021
Aquisição de mobiliário em geral	081/2021
Aquisição de mobiliário em geral	082/2021
Serviços de Tecnologia da informação	083/2021
Reforma e modernização do Posto Fiscal de Lagoa Seca	087/2021
Reforma e modernização do restaurante do posto fiscal da Tabuleta	089/2021
Implantação e customização na plataforma de software Livre Moodle	090/2021
Aquisição de licenças de software para elaboração de projetos de arquitetura e engenharia	091/2021
Aquisição de licenças de software para elaboração de projetos de arquitetura e engenharia	092/2021
Aquisição de licenças de software para elaboração de projetos de arquitetura e engenharia	093/2021
Reforma e modernização do posto fiscal de bom Jardim	097/2021
Aquisição de 04 veículos tipo Van	101/2021
Aquisição de móveis	102/2021
Serviços de mensuração de tamanhos de soluções de software	103/2021
Aquisição de licenças de software para elaboração de projetos de arquitetura e engenharia	104/2021
Serviços de licença de uso, renovável, de componentes de software para SaaS	105/2021
Serviços de openshift	106/2021
Serviços de openshift	107/2021
Serviços de openshift	108/2021
Aquisição de licenças de software para elaboração de projetos de arquitetura e engenharia	109/2021
Aquisição de cones de sinalização de tráfego	110/2021
Aquisição de 01 veículo SUV	111/2021
Aquisição de equipamentos de áudio e vídeo	112/2021
Reforma e modernização da AGEAT de Curimatá	113/2021

8. Gastos Realizados por Categoria de Inversão:

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas realizadas e pendentes de prestação de contas, foram:

Categoria de Investimento	BID	LOCAL	TOTAL
Custos Diretos:			
Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	50.339,67	205.855,55	256.195,22
Administração Tributária e Contencioso Fiscal	245.296,11	0,00	245.296,11
Administração Financeira e Gasto Público	34.431,52	60.853,01	95.284,53
Administração do Projeto			
Monitoramento e Avaliação	7.778,56	0,00	7.778,56
TOTAL	337.845,86	266.708,56	604.554,42



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO

9. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados:

DESCRIÇÃO	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos) Justificados e Pendente de justificativa	5.839.769,55	2.225.597,11	8.065.366,66
Demonstrativo de Investimentos	5.839.769,55	2.225.597,11	8.065.366,66
Diferença	0	0	0

10. Conciliação dos Registros do Projeto com os Registros do BID (OPS-1), por Categorias de Inversão:

Categorias de Inversão	Demonstração de Investimentos	OPS-1	Diferença
1. CUSTOS DIRETOS	18.266.562,42	17.936.495,12	330.067,30
1.1 - Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	10.220.143,00	10.169.803,33	50.339,67
1.2 - Administração Tributária e Contencioso Fiscal	7.741.276,70	7.495.980,59	245.296,11
1.3 - Administração Financeira e Gasto Público	305.142,72	270.711,20	34.431,52
2. ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO	122.558,80	114.780,24	7.778,56
2.1 - Monitoramento e Avaliação	80.413,47	72.634,91	7.778,56
2.2 - Auditoria	42.145,33	42.145,33	
Total	18.389.121,22	18.051.275,36	337.845,86

A diferença verificada de US\$ 337.845,86, refere-se a gastos pendentes de justificativa/prestação de contas ao Banco em 31/12/2021, informado na Demonstração de Fluxos de Caixa.

11. Conciliação do Passivo a Favor do BID entre o montante registrado no campo “Disbursed Amount” do OPS-1 e o registrado no campo “Total de Recursos Recebidos” – Coluna BID da Demonstração de Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	TOTAL US\$
Recursos Recebidos conforme Fluxo de Caixa	22.563.331,72
Relatório BID – OPS 1	22.563.331,72
Diferença	-



**ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO**

12. Demandas judiciais ou extrajudiciais:


Não há evidência de registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos que contra a Administradora do Projeto até a data de seu encerramento ocorrida em 31 de dezembro de 2021.

13. Eventos Subsequentes:

Não há evidência de registros de eventos ocorridos entre a data do encerramento do exercício e a data da elaboração dessas informações financeiras que pudessem afetar a situação financeira do projeto.

TERESINA/PI, 20 de abril de 2022.


GINA LAÍS REIS FERRO QUIRINO
COORD. ADMIN. FIN. DO PRODAF/PROFISCO-PI.


CRISTOVAM COLOMBO DOS SANTOS CRUZ
COORDENADOR GERAL DO PRODAF/PROFISCO-PI